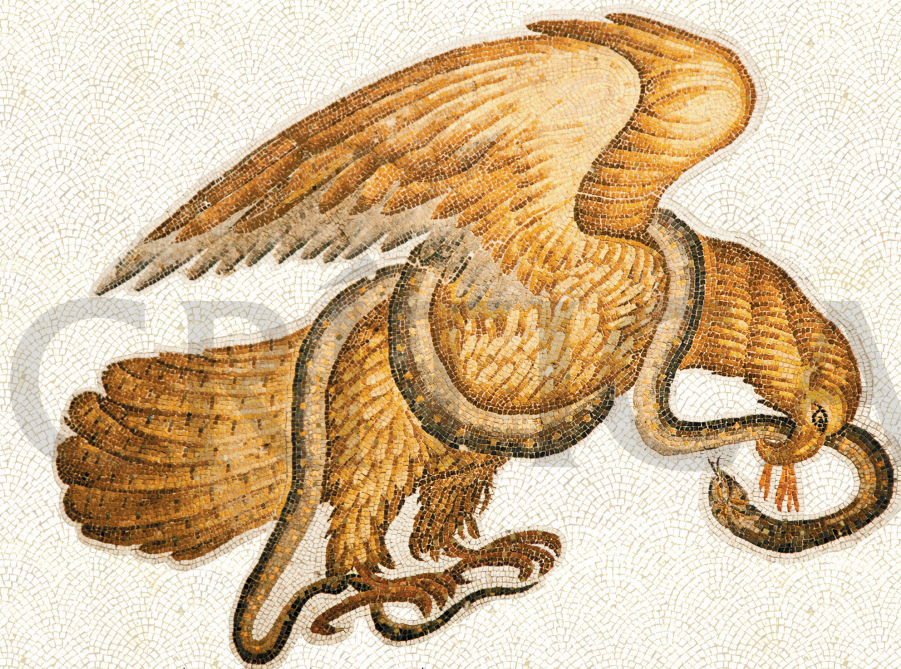


IMPERADOR DE ROMA



MARY BEARD

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

IMPERADOR DE ROMA

CRÍTICA

MARY
BEARD

Tradução

Claudio Carina

Revisão técnica

Fabio Duarte Joly

CRÍTICA

Copyright © Mary Beard Publications, 2023
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2024
Copyright da tradução © Claudio Carina, 2024
Todos os direitos reservados.

Título original: *Emperor of Rome: Ruling the Ancient Roman World*

Coordenação editorial: Sandra Espilotro

Preparação: Fernanda Guerriero Antunes

Revisão: Ana Maria Fiorini e Ligia Alves

Diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Peter Dyer

Imagem de capa: akg-images / Samuel Magal

Adaptação de capa: Renata Spolidoro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Beard, Mary

Imperador de Roma / Mary Beard ; tradução de Claudio Carina.

– São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.

480, [16] p. : il.

ISBN 978-85-422-2737-6

Título original: Emperor of Rome: Ruling the Ancient Roman World

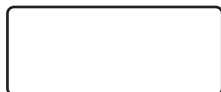
1. Roma – História 2. Imperadores romanos I. Título II. Carina, Claudio

24-2218

CDD 932.022

Índice para catálogo sistemático:

1. Roma - História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2024

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4^o andar – Consolação

São Paulo – SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

GOVERNO DE UM HOMEM SÓ: O BÁSICO

A descrição do cargo de imperador

Em 1^ª de setembro de 100 d.C., cerca de um século antes do reinado de Elagábalos, Caio Plínio Segundo se levantou para prestar um extravagante voto de agradecimento ao imperador Trajano, em frente ao Senado. O Senado era uma das instituições políticas mais antigas e prestigiadas de Roma, agora transformado em um conselho, um tribunal de justiça e uma arena de discussões com cerca de seiscentos senadores, incluindo o imperador e outras figuras públicas proeminentes. Era um grupo misto da rica elite romana, de lacaios e descontentes, da velha aristocracia e de novos ricos.

Plínio, como agora é geralmente conhecido, foi o administrador pedante cujos despachos para casa feitos de seu posto no mar Negro ainda podem ser lidos (pp. 215-218). Era também um advogado rico e bem-sucedido e autor do único relato testemunhal remanescente da erupção do Vesúvio, em 79 d.C., que presenciou com 17 anos de idade a uma distância segura. Nessa ocasião, em 100 d.C., ele tinha sido escolhido para servir, durante setembro e outubro, como um dos dois cônsules. No passado, esses eram os mais altos cargos eletivos do Estado romano, e ainda representavam uma grande distinção, porém agora eram concedidos não pelo voto popular, mas, na prática, pelo próprio imperador. Por essa razão, criou-se o costume de que os novos cônsules deveriam agradecer-lo com um discurso diante do Senado reunido. Plínio subiu ao

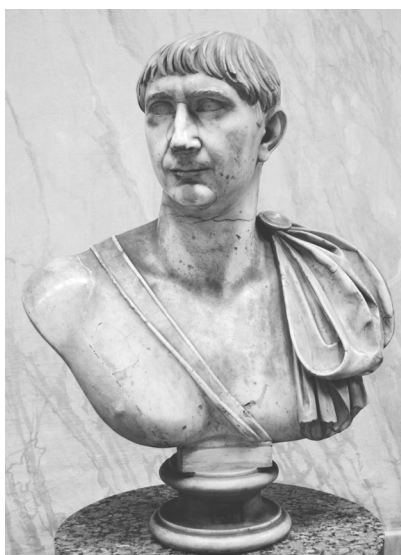
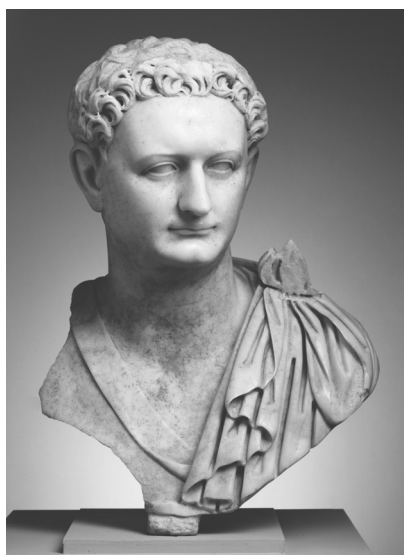
palco, ao lado de seu colega cônsul e do próprio Trajano, na grandiosa “casa do Senado”, construída com esse propósito e patrocinada por Júlio César no coração de Roma – convenientemente, a apenas dez minutos de liteira do principal palácio imperial.

Raramente esses votos de agradecimento iam além de uma obrigação monótona e rotineira. Até mesmo Plínio admitiu que poucos conseguiam mantê-lo acordado, e o imperador tinha de presenciar muitos deles. Alguns anos antes, em 97 d.C., um desses discursos ganhou uma triste notoriedade quando um cônsul octogenário morreu devido a ferimentos sofridos enquanto o preparava: ele deixou cair o livro pesado que estava consultando, abaixou-se para pegá-lo e escorregou no piso encerado, quebrou o quadril e nunca se recuperou – um tipo de acidente que ainda conhecemos muito bem. O discurso de Plínio ganhou uma fama diferente. Depois de ter discursado ao Senado (onde o comparecimento pode ter sido um pouco escasso no mês de setembro), ele bisou o discurso para seus amigos, lendo-o em três sessões de recitais privados em três dias sucessivos – uma forma de entretenimento marcante para a aristocracia romana, e não exatamente o exercício da vaidade que pareceria agora. Distribuído por Plínio por escrito como uma peça exemplar de discurso público, chegou até nós sob o título de *Panegírico de Trajano*, ou *Panegyricus* em latim. É de esperar que tenha sido ampliado com base na versão apresentada ao imperador e ao Senado. O que lemos agora, segundo meus cálculos, levaria mais de três horas para ser concluído, mesmo num ritmo alucinante. No entanto, ainda é um registro precioso de um encontro específico face a face entre súdito e imperador e das palavras ditas naquela ocasião. Mais do que isso, quase equivale a uma descrição do cargo de imperador romano.

Os leitores modernos costumam considerar as loas obsequiosas, excessivas e longas dirigidas a Trajano um aspecto quase tão impalatável da autocracia romana quanto todas aquelas histórias de crueldade caprichosa ou luxúria pervertida. Cada página do *Panegírico de Trajano* apresenta uma nova hipérbole: o imperador, proclama Plínio, é um modelo de perfeição; uma combinação deslumbrante de “seriedade e bom humor, de autoridade e leveza de toque, de poder e bondade”; um ídolo para os súditos que o adoram, que se apressam para ter um vislumbre fugaz, carregando seus pequeninos nos ombros; um estímulo singular

ao índice de natalidade romano, pela simples razão de que ninguém hesitaria em trazer filhos a um mundo abençoado por um governante tão benevolente. Muito diferente, como ele insiste, do monstruoso imperador Domiciano, assassinado alguns anos antes, em 96 d.C., espreitando em seu covil manchado de sangue, banqueteadando-se com pratos mais que inventivos e celebrando “falsas” vitórias militares que na verdade não conquistou: “uma terrível arrogância no rosto, ira nos olhos e palidez feminina na carne”. (As semelhanças – em falsidade, feminidade e culinária – com as histórias de Elagábalo são claras.) Contrastando com Trajano, incita Plínio, um imperador que se distingue por seu palácio livre de crimes e acolhedor, seus jantares simples, seu autêntico histórico de guerras, bem como seu físico forte (com alguns cabelos grisalhos para adicionar uma autoridade extra). “Enquanto governantes do passado”, lisonjeia, “perdiam o uso das pernas e eram carregados acima de nós nas costas e nos ombros de escravos, foi a própria reputação, sua glória, a devoção de seus cidadãos e a liberdade que o levaram adiante, muito acima deles.” Não surpreende que um crítico moderno tenha depreciado todo o discurso de forma contundente: “O discurso caiu, não injustamente, em um desprezo quase universal”.

De forma geral, somos menos sensíveis às nuances do elogio do que muitos eram em gerações anteriores, mas, no caso do voto de agradecimento de Plínio, precisamos conter um pouco do nosso “desprezo”. O discurso é mais complicado do que pode parecer à primeira vista. Para começar (mesmo que não o torne mais cativante), o que é apresentado como um elogio ao imperador também é um elogio ao próprio Plínio. Ficamos sabendo, por exemplo, o quanto ele era íntimo de seu querido amigo Trajano (aliás, cumprimentando-se com beijos), e percebemos a familiaridade de suas longas noites juntos no palácio, jantando cardápios despretensiosos e desfrutando de conversas amigáveis. Também somos presenteados com algumas virtuosas demonstrações dos conhecimentos de Plínio (particularmente difíceis para o leitor moderno são as várias páginas a respeito das complexidades do imposto sobre a herança romano, que ele conhecia em minuciosos detalhes). O *Panegírico de Trajano* é uma reivindicação de status da parte de Plínio perante o imperador e os colegas senadores.



7 e 8. Em seus retratos esculpidos, o herói e o anti-herói do *Panegírico de Trajano* de Plínio – Domiciano à esquerda e Trajano à direita – apresentam uma imagem muito semelhante. Apesar de sua conhecida calvície, Domiciano é representado com bastante cabelo (a menos que imaginemos que ele esteja usando uma peruca).

Mais importantes ainda, porém, embutidas na adulação encontram-se algumas lições claras para o imperador levar para casa. Como Plínio admite quase de modo explícito, a melhor maneira de influenciar o comportamento de alguém é elogiá-lo pelas qualidades que você *deseja* que ele tenha, independentemente de ele as ter ou não. É nesse sentido que o *Panegírico de Trajano* se configura como uma longa descrição do cargo de imperador, elaborada por um membro proeminente da elite romana. Sob os elogios superficiais, ele fornece instruções a respeito de como ser um bom governante. As virtudes imperiais não têm o mesmo apelo sensacionalista dos vícios imperiais, e celebrar as qualidades de um autocrata benevolente pode soar vazio para a maioria das audiências modernas. No entanto, vale a pena interpretar a descrição do trabalho de Plínio como um contraponto às histórias fantasiosas de horror sobre o poder imperial.

Plínio lista uma série de requisitos específicos. Seu imperador deve ser generoso e proporcionar ao seu povo prazer (na forma de espetáculos)

e apoio prático (por meio de alimentos e dinheiro). Deve construir monumentos não para o próprio conforto ou autoindulgência, mas para o bem público. Deve conquistar na guerra. Em um trecho arrepiante, Plínio – o administrador com toda a facilidade para se imiscuir nos detalhes tributários e cujo breve serviço militar ocorreu longe de ações inimigas – elogia qualquer imperador cujas conquistas se baseiem “em campos de batalha com cadáveres empilhados e tingindo os mares de sangue”. No entanto, também estabelece princípios mais gerais para orientar o comportamento do imperador: ele deve ser transparente, sem amparar sua posição com reivindicações de falsas conquistas. Os “maus” imperadores de Plínio trapaceavam até mesmo quando caçavam por recreação, disparando em animais reunidos de antemão especialmente para eles. E – com uma expressão que revela o quanto a linguagem da escravidão era enraizada na linguagem do poder romano – ele deve agir como um pai para seu povo, não como um senhor (*dominus*), garantindo sua liberdade, sem os forçar à servidão. Para os senadores, ele deve agir como “um de nós” (literalmente, em latim, *unus ex nobis*).

Ao longo do restante deste capítulo, sobre as origens e o “básico” do governo de um homem só em Roma, as relações de Plínio com Trajano continuarão a servir como ponto de referência. Sua construção do governante ideal também será destacada – com toda a sua seriedade de alto padrão moral, sua miopia elitista (nenhum romano comum seria convidado para um jantar amigável no palácio) e alguma ocasional autocontradição flagrante. Perto do final do *Panegírico de Trajano*, quando agradece ao imperador – em suas palavras: “ordenar que sejamos livres” –, Plínio decerto deve ter percebido que, pela lógica romana, só os escravos poderiam ser *ordenados* a ser livres. Inadvertidamente, sem dúvida, ele estava expondo parte do duplipensar envolvido em ser um cidadão sob um autocrata benevolente ou não.

A divisão do poder na República e as origens do Império

Quando Plínio, como novo cônsul, assumiu o cargo em setembro de 100 d.C., Roma era governada por um imperador havia mais de um século. A cidade, porém, tinha mais de oitocentos anos, e na maior parte

desse tempo, após uma série mítica de sete reis primevos – começando com o fundador Rômulo e terminando com a deposição de Tarquínio, “o Soberbo”, por volta de 500 a.C. –, foi governada por uma *espécie* de democracia, no que agora é em geral chamado de República Romana.

Os termos “espécie de” são importantes. É verdade que os altos funcionários do Estado, inclusive os cônsules no topo da hierarquia, eram eleitos democraticamente por todos os cidadãos do sexo masculino, e esses mesmos cidadãos também tinham o poder de criar leis e tomar decisões sobre guerra e paz. No entanto, era um sistema dominado pelos ricos. Seus votos nas eleições contavam expressivamente mais que os dos pobres, e só eles tinham permissão para se candidatar a cargos e comandar os exércitos de Roma. Enquanto isso, o Senado, composto de várias centenas de ex-detentores de cargos, era a instituição política mais influente do Estado. Mesmo que seu exato poder formal seja, e fosse, difícil de definir, as decisões do Senado costumavam ser seguidas. Seria mais preciso chamar esse governo de um sistema de *partilha de poder*, não de um puro sistema *democrático*. Pois à parte o Senado, cujos membros ocupavam seus cargos de modo vitalício, todos os cargos políticos eram temporários, com duração de apenas um ano, e sempre ocupados conjuntamente. Havia sempre dois cônsules, em qualquer momento. Logo abaixo deles em senioridade vinham os “prettores”, responsáveis pela administração da lei, entre outras coisas, e seu número aumentou gradualmente, de modo que houvesse dezesseis pretores em exercício juntos a cada ano. Não era apenas o caso de mais funcionários serem criados para lidar com uma carga de trabalho maior, embora isso fosse um fator. O princípio subjacente da República era: ninguém nunca exercia o poder por muito tempo, e jamais sozinho.

Esse foi o sistema de governo sob o qual – anos antes de ter um imperador – Roma conquistou seu Império, dominando grande parte do que hoje é a Europa e muito mais: “tingindo os mares de sangue”, como disse Plínio. O que os motivou a isso e como tiveram tanto sucesso em suas conquistas, sobretudo durante o período de expansão, entre os séculos III a.C. e I a.C., nunca deixou de ser um tema para debates. O historiador grego Políbio, no século II a.C., já se perguntava como Roma, uma cidade mediana no centro da Itália no século V a.C., chegou a dominar a maior parte do Mediterrâneo em poucas centenas de anos.

É fácil atribuir tudo isso ao fato de os romanos serem agressivos e militaristas, ou à sua disciplina superior e expertise no campo de batalha. Eles *eram* militaristas, mas a maioria dos povos que conquistaram também era. E os romanos também tinham suas fraquezas em capacidade de combate – por exemplo, sua inicial imperícia na guerra naval, chegando a ser motivo de piada. A melhor explicação (ou suposição) é que, de alguma forma, a agressividade e o militarismo foram combinados com um etos altamente competitivo da elite romana em sua busca por glória militar, contando com recursos humanos quase ilimitados à disposição dos romanos assim que assumiram o controle da maior parte da Itália – e, muito provavelmente, com o simples fator “sorte”. Tudo isso resultou em uma grande expansão imperial, rápida e violenta. No entanto, qual foi a combinação e quais foram os verdadeiros fatores decisivos? Tudo isso permanece incerto.

O certo é que essa série de conquistas teve um efeito quase revolucionário na política de Roma, além das consequências mais óbvias para as vítimas. Parte da disrupção foi causada pelos enormes lucros do Império, que destruíram a igualdade teórica outrora existente entre a elite que compartilhava do poder e atuava para mitigar a rivalidade competitiva. Para os comandantes, era possível amealhar fortunas pessoais com as guerras, especialmente contra os ricos reinos do Mediterrâneo Oriental, abrindo uma lacuna cada vez maior no topo da sociedade romana entre alguns “grandes homens” muito bem-sucedidos e o resto. Quando um desses grandes homens, o magnata Marco Licínio Crasso, percebeu que só poderia considerar rico alguém que pudesse montar um exército com o próprio dinheiro, ele revelou o nível de riqueza comandado pelos poucos afortunados (ele próprio tinha herdado uma fortuna e a aumentado muito com especulação imobiliária). Crasso, contudo, também insinuou os usos que essa riqueza poderia ter. Na realidade, porém, nada disso o beneficiou muito. Crasso foi morto em 53 a.C., no que prometia ser uma lucrativa campanha contra o Império Parta (que se estendia a leste da atual Turquia), com a cabeça decepada usada como adereço sanguinolento na apresentação de uma tragédia grega em um casamento da realeza parta.

Igualmente importantes foram as pressões exercidas sobre as estruturas de partilha de poder do governo republicano de Roma pelo aumento

do território imperial. Tradicionalmente, os mesmos funcionários eleitos lidavam tanto com os temas internos da cidade quanto com seus assuntos externos – fosse comandando as legiões na linha de frente das guerras, fosse cuidando da “manutenção da paz” ou identificando problemas. Pelo menos de início, os romanos não tinham intenção de exercer um controle prático e direto sobre o que haviam conquistado; só queriam cobrar impostos, explorar os recursos locais (como as minas de prata da Espanha) e agir como e quando desejassem. Mesmo assim, tornou-se cada vez mais difícil acomodar todas as diferentes funções dentro da estrutura de cargos compartilhados, temporários e anuais. Afinal, chegar até um local problemático na fronteira do Império poderia ocupar alguns meses do mandato de um ano de um homem.

Os romanos não ficaram cegos a isso, e reagiram com vários ajustes. Por exemplo, ocupantes de cargos públicos começaram a servir em posições no exterior por um período temporário adicional, *depois* do seu ano em Roma. Mesmo assim, porém, as crises geradas pelo Império às vezes exigiam soluções mais radicais. Se alguém quisesse, por exemplo, livrar o mar Mediterrâneo dos “piratas” (uma palavra que soava mais ou menos como “terroristas” aos ouvidos de outrora), seria necessário conferir autoridade e recursos potencialmente de longo prazo a um só comandante, algo que contrariava os fundamentos e os princípios de temporalidade e de partilha de poder do tradicional exercício de cargos dos romanos. Em outras palavras, o Império destruiu gradualmente as estruturas de governo específicas que o haviam originado, abrindo caminho para o governo de um homem só. Foi o Império que criou os imperadores, não o contrário.

Prelúdios da autocracia

Durante a primeira parte do século I a.C., Roma passou por uma série de prelúdios da autocracia. Um dos grandes homens dos anos 80, Lúcio Cornélio Sula, marchou com seu exército sobre Roma, instalou-se como “ditador” e impôs um programa de reformas políticas conservadoras, antes de renunciar alguns anos depois e morrer na própria cama. Segundo todos os relatos, foi uma doença terminal muito desagradável,

mas talvez um fim melhor do que merecia, dada a violência dos esquadrões da morte que liberou na cidade. Somente uma década depois, Cneu Pompeu Magno (Pompeu, o Grande) seguiu uma rota um pouco mais sutil em direção ao que quase se tornou um regime absolutista. Pelo voto dos cidadãos, recebeu a tarefa de se livrar dos piratas, com um orçamento enorme e precedência sobre todos os outros funcionários romanos no Mediterrâneo Oriental por um período de três anos. (Na realidade, levou só três meses, seguidos por um mandato ainda mais longo, maior orçamento e mais poder para enfrentar outros inimigos de Roma.) Pompeu acabou sendo designado como *único cônsul*, sem um colega, uma violação flagrante dos princípios republicanos, o que agora pode parecer comum. Despejou dinheiro em grandiosas construções públicas em Roma, como fizeram os autocratas posteriores, e chegou a ver sua cabeça em moedas cunhadas por cidades fora da Itália, um indicador-chave de poder monárquico na Antiguidade, como é até hoje.

O ponto de virada, no entanto, ocorreu na metade do século I a.C., com Júlio César, que ficou no limiar entre a espécie de democracia de Roma e o governo dos imperadores. A carreira de César começou de maneira bastante comum para um membro da elite romana, apesar de escritores posteriores imaginarem que ele abrigava ambições secretas e excessivas desde tenra idade. Uma história apócrifa o retrata, em seus trinta e poucos anos, em pé, melancólico, diante de uma estátua de Alexandre, o Grande (de quem Pompeu emprestou o nome, “o Grande”), lamentando seu início lento em comparação com o do precoce rei macedônio. No entanto, depois de um comando militar bem-sucedido (e chocantemente brutal) na Gália, que conseguiu prolongar por oito anos sem interrupção, César seguiu o exemplo de Sula. Em 49 a.C., marchou com seu exército sobre Roma e “atravessou o Rubicão” na fronteira entre a Gália e a Itália, dando origem a uma expressão bem conhecida, que até hoje significa “ultrapassar o ponto de não retorno”. Na guerra civil que se seguiu, seus inimigos foram liderados por Pompeu, fazendo agora, para variar, o papel do tradicionalista conservador, mas acabou sendo decapitado na costa do Egito, onde buscou refúgio. César usou sua vitória para assumir efetivamente o controle exclusivo do governo romano. Foi nomeado “ditador” pelo Senado e, em 44 a.C., tornou-se “ditador *para sempre*”.

No entanto, sob certos aspectos César ainda contempla a antiga República. Sua carreira começou dentro da tradicional estrutura de cargos eletivos de curta duração. Mesmo sua “ditadura” tinha no mínimo vínculos tênues com uma antiga nomeação temporária para lidar com emergências públicas, embora, desde Sula, cada vez mais isso significasse algo mais próximo do nosso sentido moderno do termo. É por essas razões que a maioria dos historiadores vem tendendo recentemente a tratar César como o último suspiro da velha ordem. No entanto, no século II d.C., quando o biógrafo Suetônio (Gaius Suetonius Tranquillus, o nome completo em latim) estava escrevendo suas *Vidas* dos primeiros imperadores romanos, ele escolheu começar por Júlio César como o primeiro de doze, em última análise o fundador da dinastia imperial. Talvez ainda mais revelador, todos os governantes romanos posteriores adotaram “César”, antes apenas um mero nome romano de família, como parte de seus títulos oficiais – em uma tradição que continuou até os modernos kaisers e czares. E é exatamente assim que Plínio se dirigiu ao imperador na maior parte de seu voto de agradecimento: não como “Trajano”, mas como “César” (que ele usou mais de cinquenta vezes, em comparação com apenas uma vez “Trajano”).

É fácil entender por que César foi retratado nesse papel de fundador. Embora tenham se passado menos de quatro anos entre a vitória sobre Pompeu e sua morte, em 44 a.C. (e apesar de raramente ficar na cidade de Roma por mais de um mês de cada vez enquanto eliminava outros bolsões da guerra civil no exterior), César conseguiu mudar de forma radical e controversa a face da política romana, estabelecendo um padrão para futuros imperadores. Assim como eles, Júlio César controlava as eleições para os altos cargos, nomeando alguns candidatos que eram simplesmente aceitos pelos eleitores. Ele foi além de Pompeu ao ter sua imagem representada em moedas cunhadas em Roma, e não só no exterior (sendo o primeiro romano a fazer isso em vida), e se dedicou a inundar a cidade e o mundo em geral com seus retratos, em números nunca antes vistos: centenas, se não milhares, foram planejados. Exerceu um poder sem precedentes, em novas áreas, aparentemente sem resistência. A observação irônica de Cícero a respeito de as estrelas no céu serem forçadas a obedecê-lo referia-se à sua audaciosa reforma do calendário romano, que alterou a duração do ano e dos meses e introduziu



9. Uma moeda de César, cunhada pouco antes de seu assassinato em 44 a.C. Atrás do perfil vemos símbolos do sacerdócio que ocupava (uma concha e um bastão cerimonial); na frente está escrito CAESAR IM<P> – de IMPERATOR (ver p. 50).

efetivamente o “ano bissexto” como ainda o conhecemos. Apenas autocratas todo-poderosos – ou, como na França do século XVIII, os grupos revolucionários – reivindicam o controle do tempo.

César também estabeleceu um padrão para o futuro em relação à maneira como morreu, assassinado em 44 a.C., logo após ter sido nomeado “ditador para sempre”. Isso se tornou tanto um alerta para seus sucessores quanto um modelo para assassinatos políticos que duraram até os tempos modernos. (John Wilkes Booth escolheu a data do assassinato de César – “os *Idos* de Março”, o dia 15 do mês no nosso calendário – como palavra-código para seu planejado assassinato de Abraham Lincoln em 1865.) A verdade é que, graças a William Shakespeare e outros, os assassinos têm sido tratados de forma bastante generosa pela história. Eram um grupo previsivelmente heterogêneo de combatentes pela liberdade com altos princípios, descontentes e aventureiros interessados pelo poder por causa própria, que emboscaram e mataram o ditador durante uma sessão no Senado, deixando-o morto em frente a uma estátua de Pompeu. É provável que Marco Júnio Bruto, retratado como um patriota honrado na peça *Júlio César* de Shakespeare, fosse um dos mais interessados em benefício próprio. Bruto tinha um histórico terrível de exploração de povos no Império Romano. Notoriamente, emprestou dinheiro a uma cidade em Chipre com uma taxa de juros de 48%, quatro vezes o máximo legal, e fez seus agentes intervirem no conselho

municipal local para recuperar o que deviam, deixando cinco conselheiros morrerem de fome no processo. E nos anos seguintes ao assassinato de César, apesar de sua oposição à monarquia, Bruto retratou o próprio rosto nas moedas que cunhou para pagar suas tropas.

Ainda mais notável, porém, o sucesso dos assassinos em eliminar sua vítima (que costuma ser a parte fácil) era ofuscado pela falta de um plano para o que fazer depois. Seguiu-se mais de uma década de guerra civil, na qual os apoiadores de César primeiro se voltaram contra seus assassinos e, depois, uns contra os outros. Em 31 a.C., a disputa se reduziu a um confronto entre duas facções principais: de um lado, o homem de confiança de César, Marco Antônio, agora em aliança (e mais do que isso) com a famosa rainha Cleópatra do Egito; e, do outro, o sobrinho-neto de César, Otaviano, que também se tornara oficialmente seu filho por adoção póstuma no testamento de César (uma prática romana não incomum). A batalha final foi travada no mar, ao largo da costa do norte da Grécia, perto do promontório de Ácio, ao sul da ilha de Corfu.



10. Seção de um relevo em mármore do século I d.C., encontrado na Itália, representando a Batalha de Ácio. O navio em primeiro plano tem a imagem de um centauro (metade homem, metade cavalo) decorando a proa, indicando que fazia parte da frota de Marco Antônio e Cleópatra.

A Batalha de Ácio, como é conhecida, foi exageradamente celebrada na propaganda posterior como a vitória decisiva e heroica de Otaviano e o glorioso início de uma nova era. Na verdade, a batalha foi vencida mais por deserção e deslealdade que por heroísmo. Os planos de batalha de Marco Antônio foram vazados para o inimigo por um dos seus generais e, na reconstrução mais plausível, Cleópatra voltou ao Egito com seus navios e seu tesouro praticamente antes de a luta começar, logo seguida por Marco Antônio. O quanto essa partida foi ignóbil ainda é tema de debates, mas muitos escritores antigos preferiram retratar Cleópatra como uma rainha covarde que não aguentou a pressão e simplesmente fugiu. Independentemente das circunstâncias, Otaviano restou como o único líder do mundo romano, e logo se tornaria o primeiro *imperador de Roma*. Em outras palavras, os assassinos concretizaram de forma indireta aquilo contra o que afirmavam estar lutando: o governo de um homem só permanentemente no poder.

As novas roupas do imperador

O histórico de Otaviano nos conflitos que se seguiram à morte de Júlio César situa-se no espectro em algum ponto entre ilegal, implacável e chocantemente sádico. Com apenas 19 anos em 44 a.C., ele montou o que era a própria milícia particular, e durante sua aliança temporária com Marco Antônio os dois deram início a um reinado de terror na Itália: uma série de assassinatos patrocinados oficialmente, com o propósito de punir os inimigos de César, acertar antigas contas e ganhar dinheiro vendendo as propriedades das vítimas. A propaganda da oposição chegou a afirmar que em certa ocasião Otaviano arrancou os olhos de um inimigo com as próprias mãos. Como ele conseguiu transformar sua imagem de jovem valentão em estadista responsável e fundador de um sistema de governo que (para o bem ou para o mal) duraria séculos é um dos maiores enigmas da história romana. No entanto, foi uma transformação e um reposicionamento sinalizados por uma astuta mudança de nome.

Em 27 a.C., poucos anos depois da derrota final de Marco Antônio e Cleópatra e do seu retorno a Roma, Otaviano recebeu – por sua

própria sugestão, presume-se – o nome “Augusto”. Diversos relatos antigos afirmam que ele cogitou ser renomeado “Rômulo”, em referência ao lendário fundador da cidade de Roma, mas foi dissuadido em razão das associações problemáticas (afinal, Rômulo, ao matar seu irmão Remo, também foi o lendário fundador das guerras civis romanas). “Augusto” era mais seguro: um nome novo e convenientemente vago, que significava algo próximo de “o Reverenciado”. O nome pegou. Futuros imperadores romanos incluíram tanto “César” quanto “Augusto” em seus títulos. E o calendário ocidental ainda comemora ambos, com julho (em homenagem a *Júlio César*) e agosto. Os antigos meses romanos Quinctilis e Sextilis foram renomeados em sua homenagem, e mais de 2 mil anos depois ainda vivemos sob esse signo.

Grandes mudanças constitucionais são quase sempre mais conturbadas no momento em que são feitas do que quando retratadas em retrospecto. Não temos ideia dos planos de Otaviano quando ele voltou a Roma, mas provavelmente não iam muito além de seguir os passos de Júlio César, evitando o mesmo destino sombrio. Histórias do novo governante usando couraça sob a toga – um traje volumoso, quente e desconfortável – são um indício de seu nervosismo em relação a um assassinato. Só podemos especular sobre quaisquer dúvidas que possa ter tido (escritores romanos sugerem que houve ocasiões em que ele considerou abrir mão de vez do governo unipessoal), ou acerca de todas as ideias brilhantes que não devem ter dado em nada, ou que foram violentamente contrapostas e convenientemente esquecidas. Nem mesmo entendemos muito bem como Otaviano/Augusto preferiu descrever sua própria posição no Estado.

Agora nos referimos aos *imperadores* romanos, remetendo à palavra latina “*imperator*”, ou “comandante” – um antigo título romano dado a militares vencedores e concedido, como padrão, a Augusto e seus sucessores (quer tenham realmente sido vitoriosos ou não). No entanto, havia uma variedade de alternativas, com ênfases bem diferentes, que eram adotadas com mais entusiasmo ou evitadas. Um “imperador” romano seria menos propenso a se referir a si mesmo como *imperator* do que como *princeps*, a origem da nossa palavra “príncipe”, embora em latim não significasse muito mais que “líder”. “Rei” (ou *rex*), porém, era uma questão mais complicada. Na metade oriental do Império, em

que muito mais gente falava mais grego do que latim, os imperadores costumavam ser chamados de “reis” (*basileis* em grego), mas isso raramente ocorria em Roma, onde os romanos ainda se orgulhavam de ter se livrado de seus últimos e lendários reis primevos séculos antes, e não tinham intenção de lembrar tais tiranos. Desde o início, a maioria dos imperadores fez questão de enfatizar ao público local que, independentemente do que mais fossem, eles *não eram reis* (outra boa razão para Otaviano evitar o nome “Rômulo”, fundador de Roma, mas também o primeiro rei). Isso, contudo, não impediu alguns antigos críticos cínicos de questionarem se na verdade havia muita diferença, além da fachada, entre um *princeps*, um *imperator*, um *Caesar* e um *rex*. Como lamentou Tácito no século II d.C., nas primeiras palavras de seus *Anais*, uma história dos primeiros imperadores: “Desde o início, Roma tem sido governada por *reis*”.

Todos os historiadores do mundo romano, cínicos ou não, que examinaram retrospectivamente o reinado de Augusto acreditaram que ele teve algum tipo de plano diretor. Estivessem escrevendo algumas décadas ou alguns séculos depois (e não há uma narrativa substancial remanescente desse período), eles esconderam os processos caóticos de improvisação sob a imagem imponente de um fundador em processo de estabelecer um novo regime autocrático para o futuro. Dião Cássio, em sua volumosa história de Roma – na qual lemos sobre as tentativas de Elagábalo para mudar de gênero –, dedicou um dos seus oitenta livros (equivalente a um capítulo atual) a um debate formal em que o novo governante decidia como governaria o Estado. Supostamente encenado poucos anos antes da transformação de Otaviano em Augusto, apresentava dois amigos dele discutindo os relativos méritos da democracia e da autocracia (as virtudes da igualdade versus o governo dos mais aptos) e comparando os prós e contras práticos do governo de um homem só, que, é claro, foi o lado vencedor. Esses argumentos vão desde o planejamento financeiro e a necessidade de bons conselheiros (deve se certificar de que não sejam muito jovens) até as ansiedades pessoais do governante, as ameaças de conspiração e toda a lisonja insidiosa e corruptora. É uma imagem reveladora de como um senador como Dião, no início do século III d.C., poderia avaliar o governo imperial, e que Plínio, cem anos antes, teria reconhecido de imediato. Contudo, como

um relato de como o sistema romano de governo de um homem só de fato começou, é pura fantasia.

Provavelmente nunca conseguiremos reconstruir em detalhes as improvisações, os retrocessos e as mudanças de direção pelas quais Augusto e seus amigos e colegas forjaram um papel para um imperador dentro de um novo sistema de governo. Claro que eles não estavam reinventando a roda, e devem ter lido como os antigos filósofos políticos gregos definiam os reis e a realeza, o que era bom e o que era ruim – embora seja um mistério o quanto eles realmente entenderam disso. Contudo, graças a uma dessas extraordinárias e felizes resistências ao tempo da Antiguidade, temos uma visão retrospectiva de “O que eu fiz”, pela pena do próprio imperador. Trata-se de um curto “ensaio”, ou “manifesto”, correspondendo a aproximadamente doze páginas atuais, escrito pouco antes de sua morte, em 14 d.C., aos 75 anos, preservado em pedra e inscrito em todas as paredes de um antigo templo romano onde hoje é a Turquia.

O que eu fiz

Muitos livros escritos por governantes romanos chegaram até nós. As justificativas de Júlio César relativas às campanhas na Gália e à guerra civil contra Pompeu circularam na Roma antiga, foram copiadas ao longo da Idade Média e sobreviveram como um livro didático no mundo moderno. O mesmo aconteceu com *Anotações para si mesmo* de Marco Aurélio e com os textos do imperador Juliano, do século IV, que compreendem vários volumes. As obras de Juliano incluem, ao lado de uma teologia pagã francamente explícita, uma sátira irônica e deliciosa em que ele avalia seus predecessores no trono romano, de Elagábalo ao próprio Augusto, definido de forma significativa como um velho “camação” – mutável, astuto e difícil de sintetizar.

O ensaio de Augusto sobre *O que eu fiz* (*Res Gestae* em latim) conta uma história bem diferente, pois ele o escreveu para ser exibido em público, lavrado em dois pilares de bronze no seu túmulo, perto do centro de Roma. Esses pilares com sua inscrição foram há muito derretidos, é provável que tenham sido reciclados em armas medievais. No entanto,

o ensaio foi amplamente copiado, e o texto recuperado que temos vem da versão quase completa encontrada em Ancara, inscrito nas paredes do templo em latim e em grego (tendo em mente um público local de língua grega), com os caracteres originalmente ressaltados em tinta vermelha brilhante para se destacarem. Grandes fragmentos começaram a surgir a partir do século XVI, mas o texto só foi revelado por completo pela primeira vez nos anos 1930, sob o patrocínio de Kemal Atatürk, o fundador da atual República Turca, para marcar o bimilenário do nascimento de Augusto. Pouco depois, foi copiado mais uma vez, por ordem do ditador fascista italiano Benito Mussolini, que queria reinventar o imperador como precursor de si próprio. Mussolini tinha uma versão completa em latim, em letras de bronze, colocada na parede externa de um novo museu que construiu, com vista para o túmulo de Augusto – onde ainda está, para todos verem.

O que eu fiz é uma incansável e egocêntrica narrativa em primeira pessoa: “Eu fiz isso...”, “Eu fiz aquilo...”; os pronomes da primeira pessoa, “eu”, “mim”, “meu”, são repetidos quase cem vezes no curto texto. Não é uma leitura emocionante nem uma autobiografia reflexiva, mas à primeira vista é um registro seco de “realizações”, às vezes combinadas com um eufemismo enganador. Os terríveis crimes das guerras civis são mencionados de forma evasiva (“Eu libertei o Estado oprimido pelo poder de uma facção” é o mais próximo que chegamos de qualquer referência aos massacres que iniciou). E várias páginas são monopolizadas por *listas*: de dinheiro gasto, de espetáculos realizados, de templos restaurados, de contagem da população ou de inimigos subjugados. No entanto, o documento é mais do que aparenta ser. É verdade que se trata de um relato esquelético, retrospectivo e autocentrado dos mais de quarenta anos do imperador no poder. Como sugere sua exibição pública, contudo, também era destinado a funcionar como um modelo para o futuro, uma lição sobre o que um imperador *deveria ser*. Em outras palavras, assim como o voto de agradecimento de Plínio, era também uma “descrição de cargo”.

Não surpreende que haja uma boa dose de sobreposição entre Plínio e Augusto, pois Plínio deve ter tido em mente o exemplo de Augusto. Em meio à lista de fatos e números superficial e monótona de *O que eu fiz*, três requisitos específicos para um imperador se destacam, assim

como no *Panegírico de Trajano* de Plínio: ele deve conquistar, deve ser benfeitor e patrocinar a construção de novos edifícios ou restaurar os que estiverem em ruínas. Lemos sobre novos territórios sob controle romano, “onde nenhum romano jamais esteve”, e sobre reis estrangeiros oferecendo sua lealdade, sem mencionar a ostentação de massacres quase comparáveis aos mares tintos de sangue de Trajano. Lemos sobre as benevolências de Augusto ao povo em escala maciça (ou suborno, como alguns poderiam vê-las), na forma de entretenimento, bem como distribuição de vinho, grãos e dinheiro a centenas de milhares de cidadãos, às vezes equivalendo a vários meses de salário de uma pessoa comum. E vemos detalhes de todos os elaborados planos de construção e restauração de Augusto, provavelmente em uma posição de destaque nas colunas de bronze originais: desde novos santuários cintilantes, pórticos e praças até a renovação de aquedutos, de teatros e, em 28 a.C., de “82 templos dos deuses na cidade [...] sem negligenciar nenhum que precisasse de reparos”. “[...] 82 templos” não estava muito longe do número de todos os templos de Roma. Imagino que tenha sido necessário pouco mais que uma nova camada de tinta, mas certamente esse esforço fez parte de uma campanha pós-guerra civil para “Tornar Roma grande outra vez”.

Os imperadores continuaram a se inserir sempre na tessitura da cidade de Roma. Seus espaços públicos e cerimoniais (e *não* me refiro às favelas e aos cortiços onde a maioria dos cerca de 1 milhão de habitantes vivia) estampavam as marcas, em concreto e mármore, de um governante após o outro. Às vezes era uma exibição bombástica e competitiva. A Coluna de Trajano, por exemplo, um exercício triunfante de como garantir o máximo de impacto numa área mínima, foi superada meio século depois pela Coluna do imperador Marco Aurélio, quase 5 metros mais alta. Um século antes, o próprio Augusto teria se vangloriado de ter encontrado Roma como uma “cidade de tijolos” e a deixado (em parte) como uma “cidade de mármore”. Esses desenvolvimentos arquitetônicos, porém, normalmente faziam parte de um projeto mais importante: o de reconfigurar a paisagem urbana em torno da ideia do imperador, para transformar sua presença em algo inevitável, até mesmo “natural”.

Não há melhor exemplo disso que o novo Templo de Marte, “o Vingador”, mencionado em *O que eu fiz*, e destaque do novo “Fórum de Augusto”. Nele, Marte, o deus da guerra, era celebrado por “vingar”

tanto o assassinato de Júlio César quanto a desastrosa batalha contra os partos em 53 a.C., quando Crasso literalmente perdeu a cabeça. Pelas descrições romanas e pelos vestígios ainda presentes no local, podemos perceber que a imensa praça em frente ao templo (o “Fórum”) tinha mais de cem estátuas. Algumas retratavam os vários fundadores míticos da cidade, inclusive Rômulo. Muitas outras celebravam os “grandes homens” da República, desde os heróis nacionais que salvaram Roma de Aníbal até Sula, o ditador, e até mesmo o inimigo de César, Pompeu. No centro do átrio, dominando a cena, havia uma estátua do próprio Augusto, em pé numa carruagem dourada. A conclusão era óbvia: os conflitos políticos da era anterior já não importavam (até mesmo Pompeu, afinal de contas, era acolhido na galeria de heróis), e toda a história de Roma remetia a Augusto.

Os muitos retratos do imperador erigidos em bronze e mármore em todo o mundo romano transmitiam mensagem semelhante. Mais de duzentos retratos de Augusto ainda resistem, das dezenas de milhares que existiam (ver Capítulo 9), além dos milhões de moedas com sua efígie



11. As ruínas do Templo de Marte, “o Vingador”, ponto central do Fórum de Augusto. Ostentava os estandartes militares perdidos por Crasso em 53 a.C., após sua derrota para os partos na Batalha de Carras (p. 43), e recuperados por Augusto, por vias diplomáticas, não por vitórias militares.

que tilintavam nos bolsos e bolsas romanos. Tudo isso ia muito além do exemplo que Júlio César começou a estabelecer no seu curto tempo no poder, e significava que era quase impossível participar da vida pública, urbana ou comercial no mundo romano sem topar todos os dias com a imagem do imperador. Se a maioria das pessoas fora de Roma sabia exatamente quem ele era, ou se podia associar o nome correto ao rosto certo numa fileira de estátuas imperiais, isso é outra questão. No entanto, “o imperador” como figura central era onipresente. O texto de *O que eu fiz* é, claro, outro aspecto disso. É provável que poucas pessoas conseguissem ou – dadas as baixas taxas de alfabetização – soubessem ler e assimilar todos os fatos e números, mas o próprio ato de copiar e exibir as palavras de Augusto o inscreveu, literalmente, na paisagem urbana de Roma e do seu Império.

O que eu não disse

Apesar das detalhadas listas de suas realizações, Augusto é reticente em *O que eu fiz* sobre a lógica política fria que fundamentou seu governo e definiu o padrão para seus sucessores até o século III d.C. Quase certamente isso não foi planejado em detalhes com antecedência, mas podemos reconstruir dois importantes princípios de poder que se desenvolveram durante o seu reinado.

O primeiro é que aquele era um governo *militar*. Não quero dizer que Roma pululava de desfiles de homens uniformizados, como no clichê moderno das ditaduras militares. O fato é que a cidade de Roma em si era visivelmente desmilitarizada, mesmo pelos padrões atuais das capitais ocidentais. Não havia cerimônias regulares, como a Troca da Guarda ou o Dia da Bastilha, que exibissem soldados no centro da cidade. A maioria dos soldados posicionava-se nas fronteiras do território romano, com apenas alguns guardas urbanos ou no palácio (a chamada “Guarda Pretoriana”) em Roma. Ademais, a não ser pela couraça e alguns “acessórios”, os soldados romanos não usavam uniformes no sentido que damos à palavra. Mas o fato crucial era que Augusto controlava todas as forças armadas no Império, mais de 250 mil homens, estabelecendo o padrão para os imperadores que o sucederam. A importância

disso não passou despercebida pelos observadores romanos mais perspicazes. Uma anedota irônica fala de uma discussão pedante no século II d.C. entre o imperador Adriano e um notório estudioso sobre o uso correto de determinada palavra em latim (infelizmente, não nos é dito qual era a palavra). O estudioso cedeu ao imperador e foi criticado por seus amigos por não ter defendido seu ponto de vista, pois sabia que a opinião do imperador estava errada. Sua resposta oportuna foi: “Um homem que comanda trinta legiões sempre sabe mais”.

Em termos militares foi uma revolução, mesmo que sua importância às vezes seja ofuscada por detalhes técnicos sobre o pagamento, as características do exército e a sintonia fina das nomeações militares, conforme registrado pelos escritores romanos. Augusto devia estar bem ciente do perigo representado por exércitos rebeldes nas últimas décadas da República, fosse na forma de homens poderosos com suas legiões particulares (como a que ele mesmo recrutou depois do assassinato de César), fosse na de tropas que simplesmente eram mais leais aos seus generais que ao Estado. Sua resposta foi, em nossos termos, nacionalizar o exército como uma força voluntária, com cidadãos romanos servindo nas legiões propriamente ditas e usando não cidadãos das províncias como tropas “auxiliares”. Augusto estabeleceu, pela primeira vez, termos empregatícios regulamentados, com salário padrão e tempo de serviço definidos; e, quando se aposentavam, os soldados que serviam nas legiões (era um pouco diferente para os auxiliares) recebiam um valor fixo de fundos de pensão. A ideia não era melhorar as práticas empregatícias, mas, sim, vincular as tropas ao imperador e ao Estado, além de enfraquecer seus vínculos com os generais, dos quais eles antes dependiam por dinheiro ou terras quando desmobilizados.

Ao mesmo tempo, Augusto elaborou um esquema para garantir a lealdade dos representantes mais graduados de Roma em todo o Império. Isso envolveu dividir as províncias em dois grupos: de um lado, as que eram em grande parte pacíficas, como a Grécia e o sul da França (“Acaia” e “Gália Narbonense”); de outro, províncias em que a luta ativa continuava e onde se acantonava a maior parte do exército, como a Alemanha e o norte da França (a “Gália cabeluda”, como era às vezes apelidada). Ele deixou para o Senado selecionar os governadores das províncias pacíficas, enquanto escolhia os governadores para as demais,

a fim de servirem explicitamente como seus representantes, podendo contratá-los e demiti-los quando quisesse. Seu objetivo era manter um controle rígido sobre qualquer um que pudesse influenciar os soldados, garantir que se mantivessem na linha e monopolizar a autoridade militar para si mesmo. Também monopolizou as glórias militares, como mostra a história do que aconteceu com a cerimônia tradicional do “trunfo”. Por séculos, essa cerimônia foi o ápice da ambição dos comandantes romanos: um exuberante desfile da vitória pela cidade de Roma, celebrado pelos generais mais vitoriosos, vestidos como o deus Júpiter para a ocasião. Isso, porém, mudou. A partir da metade do reinado de Augusto, só membros da família imperial “trunfavam”, independentemente de quem tivesse comandado as tropas no campo de batalha. Era como se todas as vitórias fossem conquistadas pelo imperador.

Augusto poderia ter se congratulado por manter as tropas sob o controle do imperador. Até o século III d.C., soldados só intervieram diretamente duas vezes na política de poder do regime imperial: uma vez em 68, na queda de Nero, e mais uma vez em 193, durante as guerras civis que se seguiram ao assassinato do imperador Cômodo. (Não estou contando as várias ocasiões em que membros da guarda participaram de golpes e tentativas de assassinato – todos os governantes ao longo da história sempre correram riscos com suas guardas pessoais.) A nacionalização do exército, contudo, também era exorbitantemente cara. A soma dos salários regulares com o fundo de pensão para soldados aposentados representava todos os anos uma quantia equivalente a mais da metade da receita total do Estado romano.

Augusto logo precisou encontrar fontes extras de financiamento, introduzindo em 6 d.C. alguns impopulares “impostos sobre herança” para pagar as pensões dos militares. (Foi sobre esse imposto de herança que Plínio, em seu voto de agradecimento, ostentou seu conhecimento especializado.) E a julgar pelos relatos dos soldados idosos, artríticos e desdentados que se amotinaram depois da morte de Augusto, em 14 d.C., alguns permaneceram em suas unidades por muito mais tempo que o período fixo de dezesseis anos, depois estendido para vinte anos. Como os governos modernos também constataram, postergar a idade da aposentadoria era uma maneira conveniente de economizar, pois, além de adiar a necessidade do pagamento, também alguns beneficiários



12. Uma representação mais suntuosa de uma procissão triunfal romana que a da fig. 3. Esta taça de prata faz parte de uma preciosa coleção soterrada pela erupção do Vesúvio, em 79 d.C. Retrata um triunfo do futuro imperador Tibério, enteado de Augusto, que está na biga – mas aqui é um escravo que segura uma coroa sobre sua cabeça, não uma deusa.

em potencial certamente morreriam nesse intervalo de tempo. O apoio militar ao governo dos imperadores veio a um preço muito alto – para todos os envolvidos.

O segundo princípio básico de Augusto foi o de reconfigurar a “democracia mais ou menos” em Roma. Muitas coisas ainda *pareciam* iguais, e presume-se que este fosse o objetivo. Os cargos tradicionais que haviam sido cruciais para a política republicana – dos questores (os mais juniores), passando pelos pretores e chegando aos cônsules (no topo) – continuaram a ser ocupados por alguns dos cidadãos mais ricos. Os ex-detentores de cargos continuavam, como antes, a se tornar membros permanentes do Senado, com seus benefícios e privilégios até aumentados, incluindo lugares reservados na primeira fila em todos os eventos públicos. De certa forma, Augusto usou essas antigas estruturas políticas como um arcabouço para o seu governo de um homem só, e divulgou o slogan da *civilitas*. O termo significava literalmente “comportar-se como um cidadão”, mas é provável que estivesse mais próximo da ideia de “comportar-se como *um de nós*”, quando, como no *Panegírico de Trajano* de Plínio, “nós” se referia à elite romana. Nesse espírito, Augusto e seus

sucessores eram membros ativos do Senado e participavam dos debates. Estabeleceram o hábito de recusar honrarias “excessivas” – *O que eu fiz* proclama recusas honoráveis (de estátuas de prata, de uma ditadura, de um consulado perpétuo e de “qualquer cargo que fosse contra o costume tradicional”) ao lado das listas de realizações. Também se tornavam cônsules mais ou menos à maneira antiga, além de usarem a linguagem da política republicana para definir e apresentar sua posição, referindo-se, por exemplo, aos seus “poderes equivalentes aos de um cônsul”.

O imperador, porém, passou a controlar cada vez mais quem ocupava os cargos-chave, tornando irrelevantes as eleições democráticas populares, até mesmo na forma da “democracia mais ou menos” de Roma. Plínio não tinha dúvidas de que devia seu consulado em 100 d.C. a Trajano (daí o voto de agradecimento), e escritores romanos se referiam casualmente à “nomeação” desses funcionários pelos imperadores. Na prática, era o que faziam. Augusto pode de início ter procedido com mais cautela que Júlio César – ou ao menos é o que parece pelas histórias de Augusto fazendo campanhas publicamente por seus favoritos nas assembleias do povo e até mesmo implantando medidas para combater subornos nas eleições (para dar a impressão de serem ainda mais acirradas). No entanto, era dado como certo que os indicados por ele para o cargo, formal ou informalmente, teriam sucesso. Logo após sua morte em 14 d.C., o sucessor de Augusto, Tibério, “simplificou” as coisas transferindo o ritual das eleições (que na época era pouco mais que um ritual) dos cidadãos em sua totalidade para o Senado. Tácito relata, como sinal da mudança dos tempos, que houve poucas reclamações por parte do povo em geral, e que a elite ficou feliz por se ver livre do incômodo da política popular.

O slogan da *civilitas* obscurece outras grandes disrupções. Para começar, Plínio se caracterizou por ocupar o consulado só por dois meses, ao contrário dos cônsules da República, que serviam os doze meses completos. Nomear cerca de uma dúzia de cônsules por ano, que serviam em pares por um curto período, era uma maneira fácil de os imperadores satisfazerem as ambições pelo cargo máximo de muitos outros senadores, mas também era um modo sutil de desvalorizar o cargo, transformando o que antes era uma posição de poder num cargo honorário. A mudança decisiva, porém, foi o fim da votação popular, que – assim como

a reforma do exército – teve o efeito de romper os vínculos entre a elite romana e o povo comum, e assim evitar o surgimento de bases de poder popular rivais. A suspensão das eleições pode ter deixado muita gente feliz nos altos escalões, mas elas também formavam a interface, a cola de dependência mútua entre a elite e os cidadãos em geral. Agora, não mais.

Até mesmo a tessitura física das antigas instituições democráticas foi redirecionada. Um grande projeto de construção iniciado por Júlio César, e concluído sob Augusto em 26 a.C., foi um novo “salão de votação” em mármore (Saepta). Apenas alguns vestígios sobrevivem, mas são o suficiente para mostrar que podia abrigar mais de 50 mil eleitores, o mesmo número de pessoas que lotaria o Coliseu, construído quase um século depois. Esse salão de votação se tornou um elefante branco quase antes de ser concluído. Já durante o reinado de Augusto, era usado para uma nova forma de política. Entre outras coisas, tornou-se um local onde o imperador organizava espetáculos de gladiadores para o “seu” povo. Era um protótipo do Coliseu.

Imperadores versus senadores?

A antiga elite romana simplesmente se submeteu a tudo isso e aceitou? Uma resposta é: não. As relações tensas entre senadores e imperadores – uma falha geológica na política que permeia os quase trezentos anos de história abordados neste livro – sempre foram um tema importante nos registros do governo imperial. Elas produziram algumas das histórias mais arrepiantes, memoráveis e às vezes hilárias (para nós) de oposição senatorial e caprichos e crueldades imperiais – das quais Elagábalos e suas almofadas flatulentas são apenas uma pequena parte.

Em casos extremos, houve derramamento de sangue nos dois lados. Imperadores foram alvo de conspirações e assassinatos. Esquadrões da morte palacianos eliminavam – ou obrigavam ao suicídio, que era mais ao estilo romano – senadores incômodos ou supostamente desleais. Os chamados “julgamentos por traição” resultaram em sentenças de morte a senadores por crimes que, ao menos depois, eram apresentados como triviais (críticas casuais ao imperador, danos a uma estátua imperial e coisas do tipo). Os promotores nestes casos eram senadores, e o júri era

o próprio Senado, e é difícil não desconfiar de que às vezes implicassem alguns acertos de contas entre senadores ou garantistas radicais dispostos a fazer o trabalho sujo do imperador. No entanto, nem sempre. O próprio Augusto deve ter estado por trás da execução judicial de um rico senador que ganhou apoio popular ao financiar a primeira brigada de incêndio semiprofissional da cidade – evidência tanto do nível rudimentar dos serviços públicos romanos como dos temores do imperador em relação a potenciais rivais que exploravam sua popularidade junto ao povo. E a história do filósofo Epiteto sobre soldados agindo como agentes secretos da Stasi* moderna confirma esse ponto. Fingindo ser civis comuns, eles instavam pessoas a falar mal do imperador (“eles falam mal de César, então você faz o mesmo”) – para depois as prender.

Houve poucos imperadores sem sangue nas mãos, como demonstra a *História Augusta* ao considerar notável que o jovem Alexandre Severo não tenha executado nenhum senador no seu reinado. Vamos comparar com o imperador Cláudio, quase duzentos anos antes. Apesar da imagem paternal que temos do imperador (em grande parte, acredito, uma criação de *Eu, Cláudio*, de Robert Graves), Suetônio afirma que 35 senadores, de um total aproximado de seiscentos, foram executados durante seu governo – culpados, nos termos romanos, ou não.

Com muito mais frequência, no entanto, não havia derramamento de sangue, mas, sim, humilhação no estilo de Elagábalo, insultos calculados e microagressões. Plínio relata o caso do imperador Domiciano arrotando na cara de seus sofisticados convidados e jogando a comida que não lhe apetecia para eles. Consta que Calígula disse “brincando” a dois cônsules: “Bastaria um sinal da minha parte para ambos terem as gargantas cortadas aqui e agora”. Mais de 150 anos depois, Dião Cássio conta que estava entre os espectadores do Coliseu quando Cômodo, em 192 d.C., teve sua vez como caçador de feras na arena (os pobres animais ficavam presos para tornar a tarefa mais fácil e segura para ele). Depois de decapitar um avestruz, o imperador se aproximou dos lugares especiais da primeira fila reservados aos senadores e acenou com a cabeça da ave, como se dissesse: “Vocês serão os próximos”.

* Abreviatura de “Staatssicherheit”, ou “segurança estatal”, a temida polícia secreta atuante na Alemanha Oriental até a queda do Muro de Berlim. [N.T.]

Por sua vez, os senadores resistiam e revidavam. O riso era uma das respostas. Dião se vangloria de que ele e os outros quase tiveram crises de riso (nervosas, imagino) ao ver Cômodo e o avestruz, e que precisaram enfiar folhas das coroas de louro na boca para sufocar o que poderia ter sido uma perigosa gargalhada (pp. 261-262). Outra forma de resistência era a não cooperação. Senadores ostensivamente resilientes faziam passeatas ou ficavam em casa – como o senhor de idade que, segundo Dião, não conseguia comparecer às palhaçadas de Cômodo no Coliseu (embora prudentemente mandasse os filhos em seu lugar). Outros usavam de ingenuidade fingida ou lisonja de dois gumes para deixar o imperador em situação difícil. Em uma ocasião, em 15 d.C., por exemplo, no momento do veredito em um julgamento por traição, a hipócrita igualdade de fachada de Tibério junto aos outros membros do Senado foi exposta por um homem que implorou para que ele votasse primeiro: “porque se o senhor votar por último eu posso descobrir que votei errado por engano”. (Se foi uma maneira inteligente de garantir a absolvição do réu, funcionou.) Também havia um bocado de confrontos mal-intencionados e de baixo nível. É o que alguns historiadores modernos sugeriram estar por trás da famosa ameaça de Calígula de nomear seu cavalo de corrida favorito como cônsul. Se a história for verdadeira, eles argumentam, provavelmente foi uma resposta exasperada e irônica à não cooperação mal-intencionada dos senadores. “O meu cavalo poderia ser nomeado cônsul como qualquer um de vocês”, foi o recado do imperador.

Esses relatos que nos chegaram são todos contados do ponto de vista dos senadores, seja como nobres vítimas, seja como heróis (só podemos especular sobre o que de fato poderia estar por trás da ameaça de Calígula com seu cavalo, ou o que Tibério sentia em relação ao seu próprio desempenho no Senado). Embora sejam unilaterais, eles indicam uma desconfiança incômoda, combinada com uma dependência mútua igualmente desconfortável, entre a elite e o governante: senadores impotentes diante dos caprichos imperiais, e um imperador hostil ou temeroso em relação aos senadores, que eram seus rivais mais prováveis, mas dos quais dependia para governar o mundo romano. Eles também indicam parte do duplipensar desestabilizador inerente ao governo de um só homem de Roma desde o início, e em palavras de efeito como *civilitas*.

A história do senador que pediu a Tibério que votasse primeiro realçava mais do que a hipocrisia de um imperador específico. Rebaixava a própria noção de *civilitas* e expunha o fato de que – independentemente da sua participação ao lado dos colegas senadores – nenhum imperador poderia jamais ser “um de nós”. Um exemplo ainda mais marcante talvez seja o comportamento de Augusto ao entrar ou sair das sessões do Senado. Dizem alguns que ele parava para cumprimentar e se despedir de cada senador individualmente, chamando-o pelo nome. Se Augusto fazia isso (e é difícil imaginar que o fizesse com frequência), toda essa ladainha, levando em conta um comparecimento razoável dos senadores, levaria no mínimo uma hora e meia, tanto na entrada quanto na saída. Apesar de toda a cortesia cuidadosamente coreografada, esse era um sinal muito claro de que Augusto *não era* um senador comum. Sua atitude era mais uma exibição de poder que um reconhecimento de igualdade cidadã.

No geral, Augusto parece ter “se safado” disso; ao menos é nisso que acreditavam escritores romanos posteriores. Muitos de seus sucessores não foram tão bem-sucedidos na elaborada dança política necessária para administrar o arriscado equilíbrio com a elite, e em parte por isso ficaram marcados na história como “maus” imperadores. Para os historiadores do mundo romano, quase todos pertencentes à elite, “mau” muitas vezes era sinônimo de “mau do ponto de vista da alta sociedade romana”. Mesmo com Augusto, existem linhas de conexão com o exagerado mundo distópico, e em parte fictício, de Elagábalos. Nas relações entre o imperador e o Senado, as coisas nunca eram o que pareciam. Nos dois lados, era raro alguém dizer exatamente o que queria, e essa disjunção entre aparência e realidade alimentava a desconfiança.

O outro lado da história

Há outros aspectos na história dos imperadores e senadores. Historiadores, escritores e pintores sempre se sentiram atraídos pelos rebeldes e dissidentes. Alguns entre as vítimas dos imperadores continuaram sendo vistos como heróis lendários até os tempos modernos. Lúcio Aneu Sêneca, por exemplo, filósofo, dramaturgo e satirista, e o homem que teve

a pouco invejável tarefa de ser tutor do imperador Nero, em 65 d.C., foi implicado numa conspiração fracassada contra seu ex-pupilo e recebeu ordens de se matar. Muitos pintores, desde o Renascimento, retrataram a cena em que o velho Sêneca é posto em uma banheira de água quente para melhor sangrar suas veias, imitando Sócrates (de forma um tanto histriônica, deve-se dizer) e filosofando até por fim morrer (il. 2).

Mesmo agora, todos os que raramente nos expomos nos parapeitos políticos tendemos a apoiar pessoas que vemos como oponentes íntegros e corajosos de autocratas corruptos. Suas histórias são mais emocionantes que as dos “colaboracionistas”: vai contra a nossa natureza investir nossa simpatia no drama de um governante ameaçado de assassinato ou acochado por “grupos dissidentes”. (Mesmo assim, talvez devêssemos levar mais a sério a afirmação do imperador Domiciano de que ninguém acreditava em conspirações contra o imperador até o imperador estar morto.) Em nossa simpatia pelos rebeldes, é fácil esquecer que – a despeito dos protestos ruidosos contra os crimes e delitos de governantes específicos ou do descontentamento com alguns aspectos do governo de um homem só – praticamente não vemos sinais de qualquer resistência significativa ao governo de um homem só pelo que *era em si*.

A última vez que vislumbramos uma resistência ao sistema imperial foi em 41 d.C., menos de trinta anos – e apenas dois imperadores – depois da morte de Augusto. Logo depois do assassinato de Calígula – o segundo desses dois, por alguns membros insatisfeitos da sua guarda –, um discurso empolgante foi proferido no Senado, exigindo um retorno à “liberdade” da antiga República. Foi muito pouco, e tarde demais. O momento para qualquer retorno à antiga ordem já tinha passado. Cláudio foi proclamado o novo imperador, e a eloquência do orador foi logo desmascarada quando se descobriu que ele usava um anel com a efígie de Calígula. O que poderia ser mais não republicano que isso? Além das fantasias de alguns filósofos irrealistas ou de sonhadores nostálgicos que mantinham em suas lareiras retratos de Bruto e Cássio, os assassinos de César, esta foi a última vez que ouvimos falar de qualquer apelo prático pela derrubada do governo de um homem só em Roma. O sistema estabelecido por Augusto perdurou por toda a história de Roma.

É fácil também esquecer que nem todos os senadores sob os imperadores estavam envolvidos nessa guerra de palavras, nem de longe. Tácito,

com seu característico cinismo, identificou dois grupos principais no Senado: de um lado, os dissidentes quase sempre ineficazes, cheios de sentimentos nobres e gestos grandiosos, mas sem muito ativismo ou bom senso político; e do outro os covardes, os bajuladores e os que trocavam prontamente sua liberdade por riqueza e influência política. O próprio Plínio foi muitas vezes retratado por historiadores modernos como um desses lambe-botas medrosos (e decerto havia senadores medrosos que às vezes lambiam as botas imperiais). Plínio, contudo, também pode ser visto como um homem cuidando da própria vida e da carreira no único sistema político que conhecia. Sem dúvida, satisfeito com seu papel no Senado e na administração do Império e encantado por ser nomeado cônsul com um mandato de dois meses. Muito provavelmente, orgulhoso por se dizer amigo de Trajano, habilidoso em andar na corda bamba entre a bajulação e uma conversa franca, e capaz de se adaptar à comédia de costumes no entorno do imperador – ao mesmo tempo que lembrava enfaticamente o que um imperador deveria ser (e fazer).

É difícil saber quantos homens como Plínio existiram, muito porque no geral eles foram ofuscados por seus colegas mais ruidosos, mais descontentes e, para nós, mais glamorosos. No entanto, minha suposição é que a maioria dos senadores estava disposta, ou satisfeita, em cooperar com o *princeps*, fosse ele “bom”, fosse ele “ruim” quase todo o tempo. Obviamente, há uma linha tênue entre “cooperadores” e “colaboracionistas”, entre o educado e o obsequioso. Para o bem ou para o mal, porém, e independentemente das ambiguidades que às vezes envolviam, foi em parte graças aos Plínios do mundo romano que o sistema estabelecido por Augusto funcionou e perdurou.